

comercial e as dos administradores estaduais muitas vezes não coincidiam diretamente (VIEIRA, 2010, p. 48).

(4) Esse periódico conheceu três fases: a primeira, de 1924 a 1941, com a publicação de 18 edições; a segunda, 1942 a 1981, com 40 edições, e a terceira, a partir de 1994 aos dias atuais.

#### Referências

- A SOLENIDADE memorável da inauguração da ponte “João Luiz Ferreira”. *Diário Oficial*, Teresina, a. 9, n. 274, 4 dez. 1939
- CORREIA, J. M. Memorial. *Piauhhy*, Teresina, a. 16, n. 866, 01 set. 1906.
- COSTA, H. S. Estrada de ferro do S. Francisco a Parnaíba. *Piauhhy*, Teresina, a. 20, n. 1039, 05 jan. 1910.
- MADEIRA, A. *Interesses piauienses*. Parnaíba: Comissão de Propaganda do Porto de Amarração, 1920.
- MELHORAMENTOS. *Piauhhy*, Teresina, a. 20, n. 1066, 7 jul. 1910.
- NEVES, A. *Política das estradas de ferro e finanças da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Antonino Freire da Silva, em 1º de junho de 1910*. Teresina: Tip. do Piauí, 1910.
- PIAUÍ. Lei n. 569. *Piauhhy*, Teresina, a. 20, n. 1066, 07 jul. 1910.

PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1913*. Teresina: Tip. Paz, 1913.

PIAUÍ, Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1915*. Teresina: Tip. Paz, 1915.

PIAUÍ, Governo. 1925-1928 (Melo). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Matias Olímpio de Melo, em 1º de junho de 1926*. Teresina: Tip. do Piauí, 1926.

PINHEIRO, A. P. *O desmoronar das utopias Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2003.

VIDAL, F. B. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. *Observa Nordeste*, Recife, 19 jun. 2007. 43 p. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

VIEIRA, L. R. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960*. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

**\* Graduada em História/UFPI, Mestra em História do Brasil/UFPI, Professora do quadro provisório da UESPI/Campus Torquato Neto.**

# ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ: a solidariedade na reinvenção do espaço público

Por Naiara de Moraes e Silva\*, Oriana Chaves\*\* e Solimar Oliveira Lima\*\*\*

A economia solidária é compreendida como “um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (ANTEAG, 2009, p. 17). Entre suas características fundamentais, estão: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na economia solidária.

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil (ANTEAG, 2009, p. 7), a economia solidária

tem sido “uma resposta importante dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho”. Dessa forma, o trabalho associado vem se tornando uma alternativa ao domínio secular do capital. Contemporaneamente, porém, cada vez mais esta experiência tem se tornado um desafio, já que em uma conjuntura social marcada por incertezas, a economia solidária, embora tenha se constituído forte fenômeno em curso, apresenta ainda precária base de dados totalizadores, o que dificulta sua análise e investimentos que contribuam para ampliação (BARBOSA, 2007).

No Brasil, a partir da década de 1990, cresceu o nível de informalidade no mercado de trabalho, provocando o Estado a promover políticas públicas

de enfrentamento ao desemprego, através do fortalecimento das iniciativas de apoio e incentivo às pequenas unidades econômicas individuais e associadas. Neste contexto, a economia solidária passou a integrar a pauta de atuação do Estado, na tentativa de se criar alternativas à empregabilidade, como uma política pública de trabalho e renda.

Em 2003, com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, o apoio à economia solidária no Brasil se intensificou através da criação de um estatuto de política pública federal e do ingresso dessa política pública no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003. Conjuntamente, foi criado no âmbito da sociedade o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que passou a articular as experiências de economia solidária no território nacional e a representá-las junto aos governos e fóruns internacionais (BARBOSA, 2007).

É instrutivo notar que a aparição de diversos fóruns, espaços de discussão dos problemas vivenciados pelos empreendimentos de economia solidária, precedeu o surgimento do FBES e representa uma herança dos movimentos que se encontravam na origem da formação deste campo, representando uma ação independente de diferentes movimentos, como da igreja, sindicatos e instituições de ensino superior, que têm sua gênese ainda na década de 1980 e, especialmente, nos anos 1990 (FRANÇA FILHO et al., 2006).

No Brasil, conforme o autor supracitado, a busca do fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária enquanto política pública e o reconhecimento institucional do campo da economia popular e solidária impuseram cada vez mais iniciativas inovadoras e singulares, viabilizando, além dos fóruns, as redes de economia solidária como formas por excelência de organização dos movimentos associativos, as mais antigas e evidentes maneiras de auto-organização política que consistem em um associacionismo mais amplo, compreendendo experiências concretas, assim como as organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns.

No âmbito estatal também foi criado em 2003 o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) - um sistema de identificação e

registro de informações sobre a economia solidária no Brasil, que objetiva, segundo a ANTEAG (2009): construir uma base nacional de informações; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária; fortalecer a visibilidade da economia solidária; subsidiar processos públicos de reconhecimento dos empreendimentos; subsidiar a elaboração de marco jurídico; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas; e subsidiar a formulação de políticas públicas.

A partir do SIES, as políticas públicas de economia solidária são compreendidas como “aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecimento da economia solidária”. Para que se realizem deve haver previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais. Seus beneficiários diretos são os trabalhadores ou sócios dos empreendimentos de economia solidária, considerando-se tanto os empreendimentos já constituídos quanto aqueles em andamento (ANTEAG, 2009, p. 19-20).

Entre os principais motivos para a criação dos empreendimentos solidários, foram apontados, de acordo com o Atlas da Economia Solidária (ANTEAG, 2007) em todo território nacional: a alternativa ao desemprego (46%), o complemento de renda dos sócios (44%), a obtenção de maiores ganhos (36%), a possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e a condição para acesso ao crédito (9%). Regionalmente, existem variações quanto ao principal motivo para a criação dos empreendimentos, considerando as diferentes necessidades dos trabalhadores e o mercado de trabalho de cada região.

O motivo **alternativa ao desemprego** se destaca em todas as regiões, mormente nas Regiões Sudeste e Nordeste (55% e 46%, respectivamente). Nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, a motivação mais apontada é **fonte complementar de renda** (45%, 44% e 52%, respectivamente). Vale destacar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste um aumento considerável em relação à média nacional (9%) para o motivo **acesso a financiamentos** (Norte e Nordeste, 34%; Centro-Oeste, 28%).

Segundo o levantamento do SIES realizado em

2007 (ANTEAG, 2007), existem 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil. Estão mapeados 2.656 empreendimentos na Região Norte, 3.912 na Região Sudeste, 3.583 na Região Sul, 2.210 na Região Centro-Oeste e 9.498 na Região Nordeste. Dentre os estados do Nordeste, aqueles com maior expressividade em número de empreendimentos solidários são o Ceará, a Bahia, o Pernambuco e o Piauí, respectivamente. No Piauí, o SIES apontou, em 2007, a existência de 1.472 empreendimentos solidários distribuídos em 149 municípios.

Tomando o Estado como um referencial dos empreendimentos de economia solidária, consideramos que a iniciativa estatal de apoio e fomento a essas relações produtivas e de trabalho começaram a se intensificar nos anos 2000, trazendo um discurso de convencimento no qual os sentidos do trabalho são ressignificados. Essa ressignificação tem por base uma transferência da relação trabalhista mediada pelo Estado e assentada no seu preço, o salário (POLANYI, 2000), para a relação de virtude na independência de ação do sujeito, na qual se encontra a valorização de uma cultura que se estrutura e legitima-se o autoemprego. Essa cultura ainda traz em si outro eixo temático: a ideia da sociedade que, na ausência de intervenção do Estado, organiza-se e se movimenta independente dele.

Outro aspecto, não menos importante, é que esses empreendimentos solidários têm um fluxo de configuração, em regra, de fora para dentro do Estado: primeiro, a formação da experiência de produção em diferentes configurações, a exemplo do cooperativismo ou associativismo, a partir da demanda dos sujeitos; depois de formado é que o grupo é inserido e mapeado dentro do controle de políticas públicas para economia solidária, desde que o grupo siga os princípios de economia solidária (BRASIL, 2008). Em outras palavras, os empreendimentos se inserem em uma política pública de apoio à economia solidária apenas após a formação do grupo, após a adesão dos sujeitos a esse pacto. Contudo, essa postura governamental de ir ao encontro da demanda social aponta para a reflexividade nas políticas públicas, ou seja, a utilização de informações que se refiram às condições de uma ação social como um meio de reordená-la e redefini-la. Na reflexividade social “[...] as decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um” (GIDDENS, 1995, p.101).

Tendo como referencial o mercado, as atividades produtivas que funcionam de acordo com os princípios da economia solidária podem ser compreendidas como um subproduto da transformação das relações de trabalho. Subproduto este que se relaciona com o mercado e nele se insere, mas resguarda princípios de funcionamento que vão em sentido oposto à lógica de mercado. Tal constatação nos leva a inferir um duplo movimento: é uma iniciativa que se insere em um contexto de mercado, no entanto, vai em direção oposta a ele. O mercado sempre se expande continuamente, mas esse movimento é enfrentado por algo como um contramovimento que cercaria essa expansão em direções definidas (POLANYI, 2000). Quanto mais pensadas e discutidas as ações sociais, mais seus riscos poderão ser previstos e possivelmente amenizados. A economia solidária é uma nova estratégia de contenção de princípios de mercado. E é também um produto das transformações nas relações de trabalho e um distanciamento potencial entre Estado e demanda por direitos trabalhistas. De um lado, temos a prática social voltada a valores diferentes dos sempre dispostos, ou seja, a política do lucro *versus* solidariedade; por outro lado, vemos uma das muitas faces da precarização das relações de trabalho e uma despolitização das relações entre sociedade civil e Estado (BARBOSA, 2007).

Pensando em como os empreendimentos de economia solidária se comportam quanto ao referencial da própria sociedade, temos primeiramente uma visão otimista, pois o início de vários empreendimentos está imerso em relações sociais da comunidade na qual surge e se desenvolve, identificando-se com suas lutas sociais locais. A atividade econômica está imersa em relações sociais permeadas pela solidariedade, em contraposição às atividades econômicas norteadas por princípios de mercado. Contudo, há relatos de etnografias realizadas em grupos cooperativos nos quais os princípios de economia solidária degeneraram-se e foram substituídos pela reprodução da lógica de mercado (GONÇALVES, 2008), pois o sistema simbólico de dominação local não foi superado pelos sujeitos. É um indicador de que, também, o universo das atividades produtivas econômicas solidárias comporta a multiplicidade e a heterogeneidade, em sua constituição, em seu funcionamento e no caminho que suas atividades se desenvolvem ao

longo de seu funcionamento.

Consideramos que os sujeitos se organizam e pactuam buscando enfrentar os riscos e as incertezas do desenvolvimento social moderno e seus imbricamentos, como relações de trabalho e produção. Nessa pactuação, o grupo social se fortalece como segmento que demanda do Estado e segmento que se relaciona com o mercado, não sob suas leis, mas provocando respostas às suas demandas. A ação social desses novos empreendimentos produtivos traz em seu conceito de funcionamento a essência da reflexividade que será mais consistente quanto mais consistente for a reflexividade dos sujeitos e de sua ação cotidiana.

Ressaltando que o Estado, via de regra, não se relaciona com os empreendimentos de economia solidária na sua gênese, mas somente após a formação do empreendimento, reafirma-se como determinante a ação de sujeitos da sociedade civil, que, de forma organizada, pactuam e aderem a uma coletivização em que todo o interesse que não possa ser generalizado é excluído para que seja formada uma vontade conjunta (HABERMAS, 1990) para suprir sua necessidade produtiva, de trabalho e renda. O papel ativo do Estado, de apoio e fomento a essas novas relações produtivas e de trabalho, intensificaram-se a partir dos anos 2000, com a absorção da economia solidária como política pública e sua integração ao Ministério do Trabalho, com a criação da SENAES.

A postura governamental de racionalização da demanda social constitui parte do processo de reflexividade nas políticas públicas. Ou seja, o Estado brasileiro está, nesse momento da sua história, voltado à demanda social por políticas públicas, porque essa demanda entrou definitivamente em um processo de organização, de debate sistemático em espaços públicos de discussão exatamente para isso: refletir e discutir as necessidades da sociedade, em seus problemas e nas possíveis soluções que podem ser executadas a partir do Estado.

No Piauí, o espaço público com participação popular acentua-se nos anos recentes, mais precisamente a partir de 2003, quando a gestão do Estado foi executada por forças políticas alinhadas a uma concepção modernizadora e participativa. No entanto, mesmo o estabelecimento de um governo com diretrizes centradas na transparência e na participação da sociedade, a tendência acaba sendo de fragilidade, no tocante ao reconhecimento

da participação e do coletivo como espaços de construção do interesse público. Isso porque, no caso do Piauí, a força modernizadora de uma gestão formada por um corpo político nunca antes experimentado nas posições executivas, por questões inerentes à dinâmica da politização das relações institucionais, juntou-se interesses objetivamente técnicos de desenvolvimento, com objetivos politicamente determinados. O que era esperado como um espaço público propício à reinvenção do lugar da discussão ampliada de demandas da população, gradativamente foi dando lugar à experiência histórica de segmentação política (LIMA, 2009). A expectativa que havia de espaços institucionais que democratizassem a participação e a discussão para toda a população acabou sendo ampliada apenas para alguns setores que já estavam na luta social, ligados a movimentos que já tinham assento nas discussões políticas, embora não tendo tanta força.

A solidariedade se insere na reinvenção dos espaços públicos e contribui ela mesma nessa reinvenção. No entanto, sempre se espera escolhas políticas ou de renovação ou de reafirmação das escolhas e dos projetos de dominação política. O espaço público reinventado a partir da reestruturação das forças de trabalho e produção, salvo engano, tem maior movimento e desenvolvimento em governos voltados para modernização e desenvolvimento estendido à camada mais pobre da população. Mas esse espaço é conflituoso, pois, malgrado a participação com base nos sujeitos sociais e não institucionais, interage com a esfera institucional para ser legitimada; necessita do amparo de decretos e leis e da incorporação de novas estruturas administrativas direcionadas às demandas dos segmentos sociais. Então, por um lado, esses grupos se relacionam com o Estado instituição e, por outro, com o governo político. Essas relações são permeadas pelas necessidades institucionais de legitimação e também por necessidades políticas de apoio e incentivo.

No Piauí, houve, no entanto, um esvaziamento da participação popular e de sua capacidade de interferir nas políticas públicas. Esse fenômeno pode ter ocorrido mesmo pela inserção de militantes de segmentos da sociedade civil no rol de gestores, que "resultou em organismos com funções decorativas e, de certa maneira, apaziguadoras de pressões e enfiamentos políticos, uma vez que a institucionalidade foi

marcada pela incipiência e ausência de poder” (LIMA, 2009, p.185). Esta leitura repercute nas formas de organização da sociedade, especialmente nas representações que participam diretamente da formulação de políticas públicas, a exemplo do Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí (FEESPI).

O FEESPI foi criado em 13 de fevereiro de 2004; possui um regimento interno aprovado pelos seus membros, e tem como objetivo disciplinar seu funcionamento, traçar metas anuais de atividade, de mobilização e interlocução com os órgãos representativos da economia solidária, no País e no estado, como o FBES, a SENAES, representada nos estados por Núcleo de Economia Solidária, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), que, como gestora, vem oferecendo suporte estrutural ao FEESPI. Sua criação integra um processo nacional que se iniciou com uma demanda das entidades e movimentos sociais que participaram do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Esses movimentos posicionaram-se e exigiram do então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a criação de algumas políticas públicas direcionadas para as chamadas economias populares solidárias. Uma das atitudes governamentais para apoiar a economia solidária, foi a instituição da SENAES, no âmbito do MTE, como já mencionado, que contou como interlocutor da sociedade civil com o FBES. No Piauí, o fórum estadual foi formado a partir da articulação FBES-SENAES, com o engajamento primeiro de entidades de assessoria e fomento e da integração da Secretaria Regional do Trabalho/MTE.

Como processo metodológico de elaboração deste trabalho, buscamos o contato com integrantes do FEESPI, para que a partir de suas falas fosse apreendido o sentido da criação do Fórum no estado e, também, o sentido do espaço público de participação e discussão de políticas públicas direcionadas à economia solidária. Foram entrevistados três sujeitos, representando cada segmento que possui assento no Fórum: um representante de entidades de assessoria e fomento, um representante de entidade governamental e um representante dos empreendimentos; esses três entrevistados participaram do processo de criação do Fórum no Piauí. Como instrumental de investigação, utilizamos a entrevista narrativa (BOURDIEU, 1997), na qual foi solicitado ao entrevistado que fizesse

um relato de sua aproximação ao Fórum, do processo de formação deste, sua participação e sua visão desse espaço público para ampliar a participação popular na discussão das políticas públicas.

A participação desses três tipos de segmentos possuindo assento no Fórum não foi igualitária na criação do mesmo. Segundo o relato do representante de entidade de assessoria e fomento, no processo de criação houve a aproximação de entidades governamentais e de entidades de assessoria e fomento; essas últimas que estavam em contato direto com os empreendimentos. A base do movimento - ou seja, os empreendimentos de economia solidária - foi se aproximando muito lentamente. Para este entrevistado, a participação dos empreendimentos foi e ainda hoje é difícil, principalmente por dificuldades de ordem financeira. No Piauí, não há fórum municipal de economia solidária: o âmbito mais local é o fórum estadual; no entanto, para empreendedores que pertençam a grupos localizados em cidades e microrregiões distantes da capital, Teresina, na maioria das vezes não há dinheiro para o deslocamento dos sujeitos, o que dificulta o acesso aos encontros de discussão.

A fala do representante governamental trouxe-nos a perspectiva gestora no espaço de participação popular. A iniciativa governamental de criar uma secretaria, no âmbito do governo federal, para pensar as questões relativas ao fomento, financiamento e melhoria de condições dos empreendimentos de economia solidária foi uma resposta à demanda dos empreendimentos organizados e uma demonstração de que a economia solidária é uma realidade que absorve uma camada da população. É um comportamento econômico e social que é fato na sociedade brasileira e que tem em seus fóruns, brasileiro e estaduais, os espaços institucionalizados de discussão e diálogo entre governo e sociedade civil.

O relato do representante dos empreendimentos trouxe uma perspectiva de valorização do que já foi conquistado através da organização do debate no Fórum. Foi ressaltado como as feiras de produtos provenientes de empreendimentos solidários que são organizadas e realizadas tornaram-se via facilitadora da comercialização e divulgação da economia solidária. Outro fato de importância para o movimento de economia solidária é a tramitação na Assembleia Legislativa do Piauí de um projeto de lei direcionado aos empreendimentos de

economia solidária. Na perspectiva desse entrevistado, os empreendimentos vêm se aproximando cada vez mais para as discussões.

De forma unânime, alguns elementos foram colocados pelos três sujeitos ouvidos durante o processo de elaboração desta reflexão sobre o FEESPI, que dizem respeito à importância desse espaço público de participação e discussão: a ampliação da participação, a necessidade de fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais e gestores e o auxílio à legitimação institucional da economia solidária. A importância da ampliação de participação dos empreendedores em economia solidária no Fórum deve ser ressaltada para que ele se fortaleça e aos empreendimentos. Desde sua criação no Piauí, tornou-se a organização dos sujeitos que vivem no comportamento social e econômico solidário no estado. Para que o movimento chegasse a uma capacidade cada vez maior de envolvimento de empreendimentos, discussões e debates foram realizados; ou seja, a própria construção do espaço de participação popular foi efetivada a partir da reflexão, do debate, da discussão, visando sempre à ampliação da participação. O fortalecimento do diálogo entre movimentos sociais e gestores é uma necessidade, pois a existência desses dois segmentos de forma isolada não produz resultado para a sociedade. O encontro no debate, no diálogo e no questionamento de ideias e diretrizes de funcionamento de atividades de um lado e outro é que estabelecem as regras do que deve ser efetivado, seja como políticas públicas, seja como atividade do movimento social. É nesse encontro que se pode dizer o que de fato é uma necessidade dos empreendimentos de economia solidária para seu funcionamento e melhoria, e o que de fato o Estado pode fazer para colaborar com o funcionamento e a melhoria da existência desses empreendimentos. Todos esses elementos, como debate, discussões, encontro entre poder público e sociedade civil, são necessários para que seja fortalecido o espaço de discussão, o questionamento e, assim, para que a legitimação institucional da economia solidária seja uma realidade no âmbito de todos os órgãos do Estado. A institucionalização permitirá, salvo engano, que a economia solidária não seja vista como um movimento popular momentâneo, mas resultado de uma reflexão e prática sobre trabalho, renda e participação popular no contexto da sociedade brasileira.

O Piauí é um estado de grandes necessidades econômicas e sociais. Essas necessidades parecem ser a aliadas fundamentais para que os segmentos que compõem o Fórum percebam que a participação popular deve ser reforçada, continuamente reformulada, e que o diálogo e a discussão, o encontro entre os segmentos são a ferramenta útil para a própria existência do Fórum e que aponta para políticas públicas efetivas. Existe a necessidade; e é este elemento que impulsiona o movimento de economia solidária: a necessidade real de trabalho e renda que leva para a reflexão, discussão e participação na criação e desenvolvimento de políticas públicas que tratem a economia solidária como realidade possível ●

#### Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA – ANTEAG (Org.). *Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. *O que é economia solidária*. 2008. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>. Acesso em: 13 ago. 2010.
- FRANÇA FILHO, G. et al. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre/Salvador, Edufrgs-Edufba, 2006.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1995.
- GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. *Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132-142, jan./jun. 2008.
- HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento: conceito normativo de espaço público. *Novos estudos CEBRAP*. n.26, 1990.
- LIMA, S. O. O Governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In: ASSUNÇÃO, R.; LIMA, S. O. (Org.). *Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí*. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

**\*Advogada, Especialista em Administração Pública, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.**  
(naiaramoraes@hotmail.com).

**\*\*Cientista social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.**  
(orianachavesoliveira@gmail.com).

**\*\*\*Doutor em Economia, Professor do DECON e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI** (s.olima@bol.com.br).